

O Controle Social do PBF e o acompanhamento da aplicação dos recursos do IGD

O Índice de Gestão Descentralizada (IGD) é o instrumento usado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para aferir a qualidade de gestão estadual e municipal do Programa Bolsa Família (PBF). O cálculo do IGD leva em conta quatro fatores relacionados à eficiência na gestão do Programa.

O repasse de recursos para aperfeiçoar as ações de gestão estadual e municipal, por sua vez, é calculado com base no IGD e no número de famílias atendidas no estado ou município em questão.

Um dos desafios do Controle Social do PBF é participar das decisões sobre o destino desses recursos e acompanhar sua aplicação, em atendimento à [legislação](#) em vigor. O repasse dos recursos do IGD é feito aos estados e municípios por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). A prestação de contas sobre a utilização dos recursos é realizada por meio do [Sistema Único de Assistência Social](#) (Suas). A aprovação de contas do IGD é de responsabilidade do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), que faz a análise e emite um parecer formal.

Caso o estado ou município possua uma Instância de Controle Social (ICS) criada exclusivamente para o acompanhamento do Programa Bolsa Família (PBF), a orientação é que ela apoie as atividades do Conselho de Assistência Social referentes à análise da utilização dos recursos do IGD.

O MDS publicou a Portaria [nº 239, de 15/08/2011](#), com novo prazo para que os CMAS registrem a informação do parecer sobre a comprovação dos gastos de recursos do IGD executados em 2010. Os Conselhos terão até o dia 31 de setembro de 2011 para registrarem as informações.

Mais esclarecimentos no [Informe Gestor nº 240](#) e no [Informe de Controle Social nº 29](#).

Conhecendo boas ações pelo Brasil

A partir de um diagnóstico social, visando identificar as áreas de maior vulnerabilidade no município, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) de Santa Cecília do Pavão (PR) observou que, na maioria das famílias do PBF, as mulheres estavam desempregadas e sobrevivendo apenas do benefício do Programa. Nasceu daí a prática [Grupos de Geração de Renda "Feito à Mão"](#), que propõem o artesanato como fonte complementar de renda.

Vários grupos foram organizados e passaram a se encontrar diariamente na Associação de

Moradores do Bairro Fraternidade, comunidade de maior de vulnerabilidade social do município. Cada atividade em grupo tem duração de duas horas e meia, com instrutores capacitados em costura, crochê, pintura em tecido, chinelos em pedraria e fita, bordado em wagonite e oitinho, *patchwork*, cachepô e cestaria.

Além da capacitação são realizadas dinâmicas para motivar o trabalho em equipe e a otimização da produção. A maioria das participantes já consegue executar as atividades, produzindo seu próprio artesanato e complementando sua renda familiar.

A prática do município de Santa Cecília do Pavão (PR) está registrada no [Observatório de Boas Práticas](#) na Gestão do PBF, um espaço que tem por finalidade identificar, reunir e divulgar as boas práticas na gestão do PBF, desenvolvidas nos estados e nos municípios.

[Acesse](#) também outras práticas de diferentes regiões do país.

Para incluir sua prática fale com o gestor municipal ou coordenador estadual. Eles possuem senha para cadastrar novas práticas.

Fala Conselheiro!

“Sempre leio os informes através do site e esclareço algumas dúvidas. A sugestão é que, se for possível, todos os conselheiros recebam o informe, para se tornarem mais ativos e participativos nas reuniões, alargando seus conhecimentos quanto ao PBF.”

Conselheiro do Rio Grande do Norte (RN)

“Após receber o informe, percebemos a necessidade de ficarmos atualizados para uma participação mais efetiva em nossas reuniões do Conselho. O informe realmente nos dá um suporte interessante, pois nos atualiza quanto aos procedimentos e as novidades. Além disso, podemos utilizá-los na capacitação dos que fazem parte da ICS no nosso município.”

Conselheiro da Paraíba (PB)

Fique atento!

Para receber os informes basta preencher o formulário do [cadastro](#) ao final desta edição.

Lembramos que a atualização das informações da Instância de Controle Social do PBF e dos dados cadastrais dos seus integrantes deverá ser feito no novo [Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família](#) (SigPBF).

O SigPBF é uma aplicação *on-line* disponível no portal do MDS que permite o acompanhamento e a gestão das ações no Bolsa Família, substituindo alguns sistemas como: Central de Sistemas, SGI (Sistema de Gestão Integrada) e Sasf (Sistema de Autorização e Solicitação de Formulários).

Para uma boa atuação do controle social, é fundamental que todos os conselheiros acompanhem os informes, a legislação e a suas alterações. Para isso, acesse

frequentemente a página do [MDS](#).

Lá você tem acesso ao [Guia de Controle Social](#) e à [Cartilha de Controle Social](#), que exemplificam modelos de regimento interno, procedimentos para atualização de dados cadastrais e papéis importantes para o Controle Social. Temos ainda os [Vídeos de Capacitação de Conselheiros](#), com 12 episódios que desenvolvem eixos centrais e estruturantes do PBF e da atuação dos conselheiros no acompanhamento do Programa e no exercício do controle social.

Fique por dentro e acompanhe a gestão do PBF!

➤ **Retomada da Capacitação para Controle Social nos municípios**

O projeto de [Capacitação para Controle Social nos municípios](#) já capacitou cerca de 10.000 conselheiros em todo o Brasil e está finalizando suas turmas nos municípios que ainda não haviam sido contemplados.

A capacitação é realizada em uma etapa presencial, organizada em aulas expositivas e oficinas de aprendizagem, com carga horária de 24 horas e duração de três dias, seguida de uma etapa não-presencial, destinada à elaboração de um relatório de conclusão da capacitação, com duração de 45 dias a partir do encerramento da etapa presencial.

Os conselheiros poderão entrar em contato com a instituição executora responsável em sua região e garantir suas vagas. Acompanhe as informações no site do [MDS](#).

➤ **Exclusão de famílias do PBF por não sacarem o benefício**

Até julho deste ano, 338.532 famílias tiveram o benefício do PBF cancelado por motivo de "Reiterada Ausência de Saque". Isso significa que deixaram de sacar seis parcelas consecutivas.

Há famílias que tiveram benefícios cancelados por ausência de saque porque na verdade não chegaram a receber seus cartões PBF. Para evitar esse problema, é fundamental a interlocução entre MDS, CAIXA e gestor do PBF. Cabe ao gestor acompanhar o estoque de cartões não entregues por meio do Sistema de Benefícios ao Cidadão (Sibec) e planejar ações de entrega de cartões junto com a agência de vinculação da CAIXA para o seu município.

O gestor municipal pode fazer a reversão do cancelamento em um prazo de até quatro meses, conforme art. 11 da [Portaria MDS nº 344, de 2009](#), caso as famílias que tiveram seus benefícios cancelados pela reiterada ausência de saque procurem a gestão PBF do município para atualizar as informações cadastrais e pedir o reingresso no Programa.

Conselheiro, acompanhe essa questão e informe as famílias beneficiárias! Ao tentarem sacar os benefícios após seis meses consecutivos sem saque, as famílias recebem a seguinte mensagem no extrato de pagamento (emitido pelo canal de pagamento independentemente de o benefício estar cancelado):

APOS SEIS MESES SEM SAQUE
SEU BENEFICIO FOI CANCELADO.
PROCURE O GESTOR DO BOLSA FAMILIA

PARA MAIS INFORMAÇÕES

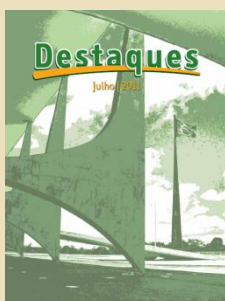
➤ **Exercendo o Controle Social!**

Conheça o trabalho da entidade não-governamental [Transparência Capixaba](#), que visa lutar pela transparência pública, combater a corrupção, defender o controle social técnico da sociedade e sua participação popular e estimular a conscientização sobre esses temas.



O site apresenta uma seção de artigos e é atualizado regularmente com notícias da região e de ações da entidade.

➤ **Dica de leitura!**



Indicamos a leitura da publicação [Destaques](#), da Presidência da República, que informa sobre as principais ações e programas do Governo Federal.

A última edição contém informações até julho de 2011, apresentadas em cinco capítulos: Brasil em Números, Fóruns de Gestão, Destaques, Brasil e o Mundo e Agenda Normativa.

➤ **Dica de acesso**



RIO+20
Conferência das Nações Unidas
sobre Desenvolvimento Sustentável

Em junho de 2012, chefes de Estado de todo o mundo estarão reunidos no Rio de Janeiro para definir as estratégias para a proteção ambiental – vinte anos depois da Conferência das Nações Unidas (ONU) sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a “Rio-92”. [Assista o vídeo.](#)

A posição brasileira que será defendida ano que vem está sendo construída democraticamente desde junho, quando foi criada a Comissão Nacional da Rio+20, que conta com representantes da sociedade civil. Para ampliar ainda mais a participação popular, a Comissão lançou um [questionário](#) de 11 perguntas, que poderão ser respondidas por entidades ou cidadãos individualmente até 25 de setembro.

O material será usado como subsídio para o documento a ser apresentado pelo Brasil ao Secretariado da ONU, até 1º de novembro. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) também divulgará uma síntese das contribuições recebidas por meio da Consulta Pública.

Cadastre-se

[aqui](#) ou envie um e-mail com assunto “Quero me cadastrar” para

Avalie

[aqui](#) esse Informe Aproveite para deixar suas dicas e sugestões

Mais

Informações

pelo telefone da Coordenação de

controlesocialpbf@mds.gov.br

e receba os Informes
Controle Social

Atendimento da SENARC:

0800 707 2003